



## PODER

# Lula manda cumprir arcabouço e fará corte

Segundo Haddad, presidente ordenou que regras fiscais sejam seguidas e autorizou corte de R\$ 25,9 bilhões de despesas. Anúncio é tentativa do governo de mudar a comunicação para conter a escalada do dólar, que chegou a R\$ 5,70 nesta semana e recuou ontem

» INGRID SOARES

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou o cumprimento do arcabouço fiscal e autorizou um corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas, o chamado “pente-fino” para fechar as contas de 2025.

O anúncio foi feito diante da estratégia do governo de mudar a comunicação para conter a escalada do dólar — que chegou a bater nos R\$ 5,70 nesta semana — e estancar o mau humor do mercado, que desconfia da potência das medidas de ajuste das contas públicas.

A declaração de Haddad ocorreu ontem à noite, após reunião com Lula. “Tivemos a oportunidade de nos reunir três vezes hoje (ontem), e ele pediu que informasse a vocês em primeira mão, até para não ter deturpação do que foi discutido. Primeira coisa que o presidente determinou é: cumpra-se o arcabouço fiscal. Não há discussão a esse respeito”, enfatizou, em pronunciamento à imprensa. “Essa lei foi aprovada no ano passado. Portanto, não se discute isso. A lei complementar foi aprovada e, inclusive, se conjuga com a Lei de Responsabilidade Fiscal. São leis que regulam as finanças públicas do Brasil e serão cumpridas, 2024, 2025, 2026. O compromisso nosso é de cumprimento das leis complementares de finanças públicas.”

Segundo Haddad, o mecanismo será preservado “a todo custo”. “A determinação é que o arcabouço seja preservado a todo custo. O que significa dizer que no relatório que vai ser apresentado dia 22 — e a Receita está terminando de fazer a compilação do semestre — pode significar algum contingenciamento e algum bloqueio, que serão suficientes para que o arcabouço seja cumprido. Isso está definido. Vamos ter a ordem de grandeza disso nos próximos dias, assim que essa receita terminar o seu trabalho.”

Haddad destacou que o corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas

### Encontros

Essa foi a terceira reunião do ministro Fernando Haddad com o presidente Lula ontem. Os dois tiveram um primeiro encontro de manhã, no Palácio da Alvorada, e a Junta de Execução Orçamentária (JEO) havia feito um encontro prévio no Planalto, entre os anúncios do Plano Safra.

foi feito junto a equipes dos ministérios. “Desde março deste ano, os ministérios finalísticos junto ao Planejamento e à Casa Civil têm feito uma análise das despesas obrigatórias. Já identificamos, e o presidente autorizou levar à frente R\$ 25,9 bilhões de despesas obrigatórias que vão ser cortadas depois que os ministérios afetados sejam comunicados do limite que vai ser dado para elaboração do Orçamento 2025”, destacou. “Isso foi feito com as equipes dos ministérios, não é um número arbitrário. É um número que foi levantado pela linha do orçamento daquilo que não se coaduna com o espírito dos programas sociais que foram criados. É o pente-fino dos benefícios.”

O titular da equipe econômica reforçou que foi feito um “trabalho criterioso, sem chute e com base técnica”. “Com base no cadastro, nas leis aprovadas, foi feito um batimento desses cadastros todos, e chegamos a esse número.”

De acordo com ele, o corte pode ser antecipado para este ano, a depender do relatório de receitas e despesas de julho. “É uma determinação do presidente que nós combinemos os dois elementos para cumprir o arcabouço de 2024 e garantir o orçamento equilibrado de 2025 com esse corte de despesas obrigatórias. Então, vamos agora reunir os ministros envolvidos pra que não haja também nenhuma falha de comunicação”, concluiu. (Com Agência Estado)

Washington Costa/MF



**Primeira coisa que o presidente determinou é: cumpra-se o arcabouço fiscal. Não há discussão a esse respeito (...)**  
**A determinação é que o arcabouço seja preservado a todo custo”**

**Fernando Haddad,**  
ministro da Fazenda

## Dólar dá trégua e fecha a R\$ 5,56

» RAFAELA GONÇALVES

Após três dias consecutivos de alta, renovando máximas, o dólar comercial teve uma trégua, terminando ontem com queda de 1,71%, cotado a R\$ 5,568.

O recuo coincide com o silêncio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o tema e as expectativas em relação à reunião que o chefe do Executivo fez ontem à noite com integrantes da ala econômica. Nos últimos dias, o petista tem direcionado críticas recorrentes ao comando do Banco Central (BC) e à política monetária do presidente da autarquia, Roberto Campos Neto.

Na véspera, Lula afirmou que a alta constante da moeda

norte-americana faz parte de um “jogo especulativo” contra o real e acusou Campos Neto de ter um viés político.

Antes do encontro de ontem à noite com Lula, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o dólar “vai se acomodar” com as medidas que estão sendo tomadas pela equipe econômica. Ele também afirmou que o Banco Central “tem autonomia” para atuar no equilíbrio da moeda norte-americana.

Também antes da reunião, Lula declarou que se há “um desarranjo” com a taxa de câmbio no país, “é só você consertar”. Ele defendeu ainda que o Brasil precisa ficar calmo, já que a economia está indo bem.

“O país tem que estar calmo, porque está tudo acontecendo favoravelmente. Se você tem um desarranjo qualquer, você só tem que consertar”, frisou.

O mercado segue cauteloso em relação ao rumo das contas públicas e à guerra política entre o governo e o Banco Central. “Para que o dólar apresente uma redução em relação ao real, o governo precisa adotar uma política fiscal mais rigorosa e transparente, bem como melhorar a comunicação com o mercado financeiro. A confiança dos investidores é fundamental para atrair e manter capital no país”, afirmou Fábio Murad, sócio da Ipê Avaliações. (Com VC e IS)

## Acordo sobre dívidas dos estados deve sair ainda este mês

Ed Alves/CB/DAPress



A vice-governadora Celina Leão na reunião no Palácio do Planalto

» VICTOR CORREIA  
» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem, no Palácio do Planalto, um pacto pela renegociação das dívidas dos estados com a União. Os termos, porém, ainda estão sendo negociados por governadores, Ministério da Fazenda e Senado. O documento foi avaliado pelo chefe do Executivo na reunião do Conselho da Federação.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também esteve no encontro, há pendências na negociação, mas um resultado deve ser apresentado ainda em julho. “Esperamos que até o final do mês a gente consiga concluir essa negociação, e dar essa boa notícia para os entes federados”, declarou.

Governadores estão em Brasília desde terça-feira para elaborar uma proposta de renegociação. Eles se reuniram com o

presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com secretários de Fazenda. Defendem que o indexador da dívida seja alterado do IPCA +4%, como é a proposta atual, para o IPCA +1%. A medida deve incluir ainda a criação de um fundo de equalização para que investimentos estaduais em segurança, saúde, educação e infraestrutura possam ser usados para o abatimento das dívidas.

Haddad sustentou que ainda não pode anunciar o que está sendo acertado pelo governo federal, em respeito ao Senado, que também analisa a proposta. Entre os gestores presentes, estava a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão.

Lula deixou o encontro sem comentar os temas discutidos, pois estava atrasado para o lançamento do Plano Safra 2024/2025 da Agricultura Familiar (leia reportagem na página 4). Outros assuntos foram

projetos para educação e segurança nos estados e municípios.

### Política de Cuidados

Lula também assinou o projeto de lei que cria a Polícia Nacional de Cuidados. O texto foi enviado ao Congresso, onde será analisado pelos parlamentares e pode sofrer alterações. A medida tem a missão de garantir os direitos tanto das pessoas que necessitam de cuidados quanto das que cuidam, com especial atenção às desigualdades de gênero, raça, etnia e territoriais.

Também visa promover as mudanças necessárias para uma divisão mais igualitária do trabalho de cuidados dentro das famílias e entre a comunidade, o Estado e o setor privado. Segundo o Planalto, o texto foi construído com amplo consenso, a partir de um grupo de trabalho que envolveu a participação de equipes de 20 ministérios, além de integrantes de estados e

municípios e acadêmicos.

“Esse é um desafio do Brasil e do mundo. Todos, quando nascemos, precisamos de cuidados. No fim da vida, muitos precisamos. No meio, muitos também. E esse cuidado é feito de forma desigual. Normalmente são mulheres, negras, pobres as responsáveis por cuidar”, comentou o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias.

Já a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, argumentou ser necessário diminuir o tempo gasto pelas mulheres com o cuidado no país, incentivando a divisão de responsabilidade com os homens. O documento traz o direito ao cuidado especialmente para crianças, idosos e outros grupos vulneráveis, além de trabalho decente para quem atua na área, reduzindo a sobrecarga imposta às mulheres, que, muitas vezes, atuam de forma não remunerada.